

Perspectivas epistemológicas em Psicoterapia (I): Filosofia da Ciência, Psicologia e Psicoterapia*

ANTÓNIO BRANCO VASCO**

«A ordem que a nossa mente imagina é como uma rede ou uma escada, que se constrói para alcançar qualquer coisa. Mas depois deve-se deitar fora a escada, porque se descobre que, se acaso servia, era privada de sentido».

UMBERTO ECO

«Talvez a tarefa de quem ama os homens seja fazer rir da verdade, *fazer rir a verdade*, porque a única verdade é aprender a libertar-nos da paixão insana pela verdade».

UMBERTO ECO

«Está tudo muito certo mas a gata que outro mundo trará a gata que morreu?»

RUY BELO

1. INTRODUÇÃO

Possivelmente devido à emancipação relativamente recente da psicologia face à filosofia, a relação entre estas duas disciplinas, necessariamente interli-

gadas, não tem sido das melhores. Podemos reflectir sobre as razões desta situação.

Tendo a pensar que este tipo de isolamento é essencialmente fruto do excessivo orgulho da psicologia que a leva a tentar palmilhar sozinha o seu caminho, voltando as costas aos fantasmas mentalistas sempre evocados pela palavra filosofia. Depois de tantos anos de tão solitária jornada, penso ser altura para uma reaproximação.

Tal reaproximação seria extremamente benéfica para ambas as disciplinas não só em termos metodológicos mas também em termos conceptuais. Os benefícios metodológicos são claramente patenteados pelos desenvolvimentos recentes daquilo que se pode designar por «psicologia da ciência» que, numa forma genérica, defende ser impossível uma adequada compreensão de qualquer empreendimento científico caso não tomemos em conta o papel desempenhado pelo «cientista como sujeito» (Mahoney, 1976, 1981, 1986; Weimer, 1979, 1981). Em estreita relação estão os aspectos conceptuais, não me parecendo necessário recorrer a «lentes especiais» para poder ver a sobreposição de ambas as disciplinas em questões tais como a forma pela qual os indivíduos adquirem, organizam, mantêm e modificam os seus conhecimentos.

Se a relação entre a filosofia e a psicologia não tem sido muito estreita, por sua vez a relação entre a filosofia e a psicoterapia tem sido desoladora. Contudo, justiça deve ser feita a alguns terapeutas que

* Esta é a primeira parte de um artigo a ser concluído no próximo número de «Psicologia».

** Assistente na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa; Associação Portuguesa de Terapias Comportamental e Cognitiva.

fortemente beberam nas tradições existencialista e fenomenológica (por exemplo: Binswanger, Viktor Frankl; Rollo May; Carl Rogers e Frederick Pearls). Dentro de outra perspectiva, também Albert Ellis reconhece dívidas para com os estóicos, principalmente Epicteto, e Aaron Beck para com Marco Aurélio e Kant.

Se este panorama relativamente às relações entre a «filosofia geral» e a psicoterapia não é de modo algum animador, menos o é o das relações entre a filosofia da ciência e a psicoterapia. No entanto, existem algumas excepções. Pelo menos dois artigos, relativamente recentes (Mahoney, 1981, e Weimer, 1980), parecem-me ser essenciais para uma adequada compreensão das relações entre a moderna filosofia da ciência e a prática e investigação em psicologia clínica. Para além destes esforços teóricos destinados a lançar uma ponte entre as duas disciplinas também, nos últimos anos e no mesmo contexto, três novos modelos terapêuticos surgiram: Guidano e Liotti, 1983, 1985; Joyce-Moniz, 1981, 1985; e Mahoney, 1980, 1982, 1983, 1985.

A pertinência de agrupar estes três modelos terapêuticos, e no contexto das relações entre a filosofia da ciência e a psicoterapia, advém do facto de que todos eles: 1) *utilizam como suporte quadros referenciais oriundos da filosofia da ciência e da epistemologia*; 2) *tomam explicitamente em consideração a forma como os indivíduos adquirem, organizam, mantêm e modificam o seu conhecimento*. (Duas outras características unificadoras serão acrescentadas no fim da próxima secção).

Depois desta breve introdução, debruçemo-nos sobre os dois objectivos fundamentais do presente trabalho: 1) ilustrar as relações que existem entre a filosofia da ciência/epistemologia e a psicologia/psicoterapia; e 2) descrever e analisar os três modelos psicoterapêuticos em questão.

2. FILOSOFIA DA CIÊNCIA, PSICOLOGIA E PSICOTERAPIA

Tanto Weimer (1980) como Mahoney (1981) reconhecem que, até há bem pouco tempo, as relações entre a filosofia da ciência e a psicologia/psicoterapia não eram recíprocas. Esta não reciprocidade materia-

lizava-se no facto de que a força reinante na filosofia da ciência, o *empirismo lógico*, mantinha a posição de que nada tinha a aprender com os «colegas menores» — a psicologia e a psicoterapia — visto ter a veledade de já tudo saber (pelo menos no tocante a questões de ordem metodológica). O empirismo lógico reclamava possuir todas as ferramentas necessárias à diferenciação entre ciência e mito, bem como entre verdade e falsidade. Acreditando na ideia de ciência como resultado da acumulação gradual de factos, e consequentemente no carácter lógico da sua progressão, nunca o empirista lógico poderia aceitar que tivesse algo a aprender com o «mero» praticante de clínica, em particular, ou com a psicologia, em geral.

Segundo Weimer (1979), o empirismo lógico tem exercido, desde sempre, uma forte influência em psicologia. É, no entanto, surpreendente que esta influência continue a ser exercida dado esta doutrina ter, de há muito, deixado de ser considerada importante na moderna filosofia da ciência. Como Mahoney (1981) notou: «Ainda que o positivismo lógico tenha sido abandonado por grande parte dos seus iniciadores pouco tempo depois do seu aparecimento, permaneceu a «última palavra» na compreensão que a psicologia tem da filosofia da ciência» (pág. 260).

O empirismo lógico, enquanto *metateoria da ciência*, implica dois postulados essenciais. Em primeiro lugar, acentua fortemente a função descritiva e preditiva das teorias, em detrimento das análises explicativas e causais (excepção possível para a causalidade mecânica/eficiente). Em segundo lugar, e mais importante, o empirismo lógico é uma epistemologia *«justificacionista»*. As epistemologias justificacionistas identificam o conhecimento tanto com o conceito de prova como com o de autoridade, mantendo também a ideia de verdades eternamente válidas que se acumulam gradualmente no «edifício santificado» da ciência.

Tanto o facto das metodologias e critérios de demarcação utilizados na avaliação da psicologia terem sido extrapolados da ciência física clássica, como o dos julgamentos sobre o estatuto científico dos paradigmas psicológicos serem baseados nas semelhanças que estes mantêm com os paradigmas das «ciências fortes» (Lesswing, 1976), levaram, no meu entender, a psicologia a uma situação um tanto paradoxal. Possivelmente devido a dúvidas «tácitas», relativas à pertinência do seu estatuto científico, a psicologia continuou a imitar o que era suposto ser o

«verdadeiro» método científico apregoado pelo empirismo lógico, impedindo-se assim de reflectir sobre o que se passava no campo das ciências físicas. Ao tentar emular a metodologia tradicional das «ciências fortes», a psicologia tornou-se insensível à *metamorfose* que caracterizou a física à medida que o século XX progredia, bem como à sua crescente colaboração com a filosofia (Capra, 1975, 1982; Prigogine, 1980; Prigogine e Stengers, 1979).

A *metamorfose* da física e a sua crescente colaboração com a filosofia ficou-se essencialmente a dever aos problemas levantados pelo surgir e posterior desenvolvimento da mecânica quântica. Penso ser interessante mencionar o facto de que o contexto sócio-político que marcou o aparecimento da mecânica quântica, os anos vinte na Alemanha, era fortemente marcado pelas noções de «causalidade, legalidade, determinismo, mecanicismo e racionalidade» (Prigogine e Stengers, 1979, pág. 17), contra as quais as noções de «vida, destino, liberdade e espontaneidade», até então estranhos à ciência clássica, fizeram o seu aparecimento. É exactamente a este confronto entre determinismo e causalidade por um lado e liberdade e espontaneidade por outro, que Prigogine (1979) chama *metamorfose da ciência*: «a abertura de um espaço teórico completamente novo dentro do qual certas oposições surgem, oposições estas que até então tinham marcado as fronteiras da ciência clássica» (pág. 17). O objecto da ciência deixa de se limitar exclusivamente ao «ser» (estabilidade e permanência) e começa também a contemplar o «devir» (evoluções, crises e instabilidade — espaço por excelência das preocupações psicoterapêuticas).

Basicamente, aquilo que a «nova física» nos ensina é que a natureza é muito mais complexa do que alguma vez se imaginou na ciência clássica. Tanto ao nível macroscópico como ao nível microscópico, as «ciências naturais» libertaram-se de uma visão fechada da realidade objectiva bem como de *leis universais e imutáveis*. Um exemplo claro desta perspectiva é-nos oferecido pela «*Teoria da Matriz S*» (teoria proposta por Geoffrey Chew para descrever as interacções fortes das partículas sub-atómicas) (Capra, 1975). A «*Teoria da Matriz S*» defende não só que a natureza não é redutível a «blocos constitutivos essenciais», mas também que não existem nenhuma entidades essenciais — «nem constantes essenciais, nem leis ou mesmo equações. O universo é visto como uma teia dinâmica de acontecimentos interrelacionados. Nenhuma das propriedades de qualquer

parte desta teia é essencial: todas elas dependem das propriedades das outras partes, e é a consistência total das suas interrelações que determina a estrutura de toda a teia» (Capra, 1982, págs. 92-93).

Capra (1982) defende ainda que o facto de rejeitar a visão do mundo como uma máquina, implica o abandono da ideia que pretende fazer da física a base de toda a ciência. Não é possível reduzir os fenómenos a nenhum nível, conceitos e linguagens diferentes mas mutuamente consistentes podem ser utilizados para descrever diferentes aspectos e níveis de uma mesma realidade. Ilya Prigogine (1979) estaria em profundo acordo com esta perspectiva visto ter afirmado que: «A ciência moderna não pode continuar a ignorar a pertinência e interesse de outros pontos-de-vista, principalmente os das ciências humanas, filosofia e mesmo arte» (pág. 64).

Parece pertinente apontar algumas das perplexidades com as quais as «ciências fortes» se debatem e relativamente às quais a filosofia da ciência tradicional se mostra impotente quando na necessidade de demarcar ciência de mito, e verdade de falsidade.

1) *O problema da mensuração em mecânica quântica*: aqui, todo o processo de medida implica uma escolha, escolha essa relativa à questão que se pretende formular. Esta questão traduz-se no uso de determinado instrumento experimental e não doutro, e também no uso de uma operação de medida determinada. As respostas que se obtêm limitam-se a caracterizar o sistema na forma em que se escolheu produzi-lo e descrevê-lo, ao escolher formular determinadas perguntas e não outras (Prigogine, 1979). Em síntese, ao elaborarmos uma questão de *partícula* recebemos uma resposta de *partícula*, se elaborarmos uma questão de *onda*, receberemos uma resposta de *onda* (Capra, 1982).

2) *A geometria Euclidiana* é extremamente útil quando lidamos com distâncias relativamente pequenas mas vemo-nos na necessidade de recorrer às *geometrias hiperbólica e elíptica* à medida que as distâncias aumentam até ao infinitamente vasto (Greenberg, 1980).

3) Mesmo em *aritmética*, o reino por excelência da certeza, o quadro é semelhante quando tomamos em consideração o famoso *teorema de Kurt Gödel*. Este teorema postula que sistemas formais suficientemente complexos contêm necessariamente postulados impossíveis de provar falsos ou verdadeiros sem fazer uso de um sistema mais amplo, o qual, por

sua vez, também implicará asserções indecidíveis (Hofstätter, 1979). O que aqui está em jogo é o facto de que, em princípio, mesmo a matemática nunca estará livre de incertezas, assemelhando-se neste aspecto particular à ciência empírica.

O que todas estas perplexidades nos ensinam é a necessidade urgente de se estar consciente do carácter relativo de todos os conhecimentos científicos. Se o panorama é tal no referente às «ciências fortes» (que lidam com fenómenos relativamente simples), devemos ser duplamente cuidadosos nas ciências humanas e sociais, visto estarmos em presença de fenómenos *hiper-complexos*.

Depois desta pequena digressão, voltemos ao problema levantado no início da presente secção relativamente ao facto das relações entre a filosofia da ciência e a psicologia não serem recíprocas.

Hoje em dia, graças ao que Mahoney (1981) designa por «nova face» (new-look) em epistemologia, é finalmente possível inaugurar a reciprocidade. Assim, não só pode a psicologia começar a dar o seu contributo à epistemologia, mas também, dadas as características das novas epistemologias, pode o tipo de contribuição que a filosofia da ciência e epistemologia tradicionalmente traziam à psicologia, sofrer uma mudança radical.

As novas epistemologias podem ser caracterizadas como «não-justificacionistas». Como Mahoney (1981) notou, os autores mais fortemente associados com esta corrente são: Kuhn (1962, 1970); Popper (1972); Feyerabend (1970); Lakatos (1970); e ainda mais — Bartley (1962) e Weimer (1975, 1979).

As epistemologias «não-justificacionistas» contrastam fortemente com as epistemologias «justificacionistas» (i.e., o empirismo lógico). Ambas são metateorias da ciência, mas fortemente contrastam porque «para o não-justificacionista, o conhecimento é uma questão de posse de asserções corroboradas, i.e., considerações conjecturais que podem ser defendidas por “boas razões”. E “boas razões” consistem em outras considerações relativas ao conhecimento e que foram igualmente corroboradas (em oposição a “verificadas” ou “confirmadas”))» (Weimer, 1975, pág. 465). A racionalidade destas pretensões de conhecimento depende de terem sido submetidas à crítica. Só o criticismo, nunca entendido como sinónimo de prova ou justificação, poderá servir dado que, «claramente, não pode existir

justificação de tais pretensões de conhecimento, visto não poder existir também nenhuma autoridade epistemológica última com a qual as fundamentar, i.e., cimentá-las em certeza» (Weimer, 1975, pág. 466).

Para além do facto de rejeitarem autoridades epistemológicas últimas, os não-justificacionistas também se colocam ao lado de Kuhn (1962) relativamente à necessidade de diferenciar *ciência normal* e *ciência revolucionária*. Esta diferenciação implica rejeitar o conceito de ciência como resultante da acumulação gradual de factos. Esta rejeição é consonante com a doutrina da «*relatividade factual*» (Weimer, 1975), segundo a qual, a natureza dos factos é essencialmente de ordem conceptual, dependendo de teorias e esquemas de conhecimento. A observação é sempre assimilação de «*inputs*» a esquemas de conhecimento pré-existentes.

Obviamente, as novas epistemologias são suficientemente flexíveis para aceitar, enriquecendo-se, as contribuições da psicologia e da psicoterapia.

Penso que estas contribuições podem ser de duas ordens. Em primeiro lugar, é essencial a qualquer filosofia da ciência tomar em consideração os contextos sociais e psicológicos dos empreendimentos científicos, bem como o facto de que qualquer teoria do conhecimento requiere não só uma compreensão do conhecedor mas também do processo de aquisição do conhecimento — o modo como conhecemos é tão importante como quem conhece e como o que existe para ser conhecido (Mahoney, 1976, 1981, 1986; Prigogine e Stengers, 1979).

Um exemplo claro de tudo isto é-nos fornecido, uma vez mais, pelo *problema da mensuração em física quântica*. Como Weimer (1981) notou: «o problema da mensuração na descrição dos estados em mecânica quântica leva a uma ambiguidade de estrutura-profunda no nosso conhecimento e teoria da realidade que apenas fica resolvido pela integração da psicologia e da física» (pág. 332). Por sua vez, Capra (1982) toma ainda uma posição mais radical relativamente a esta questão: «...os padrões de matéria observados são reflexos de padrões da mente» (pág. 93).

Em segundo lugar, a prática clínica pode ser vista não só como comportando «estudos de caso em metodologia», úteis para o metodólogo tentar corroborar as suas asserções, mas também como um espaço fecundo a partir do qual o metodólogo pode elaborar novas ideias e hipóteses (Weimer, 1980).

Por sua vez, as contribuições que as metodologias

não-justificacionistas podem trazer à psicologia e à psicoterapia são igualmente de duas ordens.

Em primeiro lugar, levar ao questionar da adequação das metodologias de investigação utilizadas em psicologia, e que são essencialmente justificacionistas (ver Mahoney, 1976, 1981; e Weimer, 1975, 1979).

Em segundo lugar, as novas epistemologias não só fornecem conceptualizações extremamente úteis para a compreensão dos processos gerais de desenvolvimento e mudança (problema este que se encontra no cerne das preocupações psicoterapêuticas) mas, também, auxiliam a levantar a questão de se o terapeuta deve ou não ser considerado a «autoridade epistemológica última» (sabendo de antemão o que é bom/mau, racional/irracional, etc.) em detrimento do cliente.

É ainda importante chamar a atenção para o facto de não só ter a psicologia vindo a seguir filosofias obsoletas relativamente a questões de ordem metodológica, mas também epistemologias obsoletas no tocante ao objecto e natureza da aprendizagem e do conhecimento.

Estas questões foram previamente levantadas (pelo menos de forma implícita) ao discutir as questões metodológicas e os contributos que a psicologia pode trazer à epistemologia, mas é conveniente ser mais específico.

A adopção que a psicologia tem feito de concepções obsoletas relativamente ao objecto e natureza do conhecimento é claramente documentada na adopção que o *comportamentalismo* faz das doutrinas Aristotélicas do 1) *empirismo* (os sentidos percebem a realidade como tal e de forma não equívoca, «nada está na mente que não tenha primeiro passado pelos sentidos»), 2) *nominalismo* (tudo pode ser reduzido a entidades concretas e particulares) e do 3) *associacionismo* (aprendemos através da associação de entidades particulares e concretas em função de leis de *similaridade*, *contraste* e *contiguidade*). (Para uma mais detalhada elaboração destes aspectos, ver Lesswing, 1976; e Weimer, 1973, 1974).

É lícito descartar as perspectivas empiricista e nominalista quando confrontadas com a doutrina da «relatividade factual» (previamente descrita) e com o que Weimer (1973), baseando-se em F. Hayek (1952, 1969), designa por «*primazia do abstracto*». Segundo a «*primazia do abstracto*», mesmo ao nível sensorial básico, para que um «input» possa ser

percebido, é necessário que ele seja aceite por «*classes de ordem sensorial*» (inatas ou aprendidas) previamente existentes. A percepção é sempre um acto de atribuição de significado, um acto de classificação/assimilação a estruturas abstractas já existentes.

Relativamente ao associacionismo este pode ser rejeitado não só devido às suas bases empiristas e nominalistas, mas também dada a sua incapacidade de explicar a novidade e a criatividade bem como o comportamento instrumental complexo (Lesswing, 1976).

A falência do empirismo, nominalismo e associacionismo é igualmente patente nas perspectivas construtivistas de Bartlett, Chomsky, Piaget e Neisser, bem como, de uma forma mais geral, no que Weimer (1977) designa por «*Teorias Motóricas da Mente*» (o indivíduo como criador activo da sua realidade).

Encontramo-nos finalmente em posição de acrescentar duas características mais àquelas apresentadas na secção I, relativamente aos modelos em estudo; 3) a *rejeição de «autoridade epistemológicas últimas»*, pelo menos adentro do processo terapêutico; 4) a *adopção do ponto de vista das «Teorias Motóricas da Mente» bem como uma visão construtivista do funcionamento humano*.

3. MAHONEY E A ESTRUTURA DAS REVOLUÇÕES PESSOAIS

O primeiro modelo proposto por Mahoney (1974, 1977 e Arnkoff, 1978) foi designado por «Ciência Pessoal». Genericamente, este modelo consiste numa abordagem de aprendizagem cognitiva aplicada ao processo psicoterapêutico na qual o cliente é conduzido através de uma sequência de sete passos dentro de um contexto de «resolução de problemas» (problem-solving). O objectivo essencial é facultar ao cliente aptidões gerais de «resolução de problemas» mediante a utilização de aptidões mais específicas, contempladas em cada um dos sete passos do processo. Aqui, todo um conjunto de técnicas é utilizado, técnicas estas oriundas da tradição cognitivo-comportamental. No entanto, Mahoney (1977) parece privilegiar o uso de «1) controlo de estímulos, 2) incentivos motivacionais, 3) tarefas gradati-

vas, 4) aprendizagem vicariante, e 5) prática activa» (pág. 362) na tentativa de auxiliar o cliente a tornar-se um agente activo de auto-controlo e auto-regulação.

Presentemente (1980, 1982, 1983, 1985), a perspectiva de Mahoney relativamente ao processo psicoterapêutico parece ser bastante diferente das subscritas nas formulações da «Ciência Pessoal». Assim, em «Psychotherapy and the Structure of Personal Revolutions» (1980) Mahoney afirma ser esta a primeira tentativa sistematizada de discussão das suas dúvidas e preocupações relativas à teoria e prática das abordagens cognitivo-comportamentais. Não se limitando a expor dúvidas e preocupações, Mahoney, baseando-se na experiência clínica bem como em recentes avanços oriundos de diversos campos (psicologia cognitiva, biologia, química e filosofia da ciência) (1982, 1985), propõe pistas que permitem esboçar um modelo de compreensão dos processos de mudança em geral, e da implementação do processo de mudança terapêutica em particular.

Convirá acentuar que o designar-se as reflexões e propostas de Mahoney como um modelo é, de certa forma, arbitrário. Esta arbitrariedade advém do facto de que este mesmo autor (1982) chama a atenção não só para que as suas considerações não sejam tomadas como mais do que um «híbrido intencional de conjecturas teóricas e de impressões clínicas» (pág. 79), mas também de que não escreve como «representante de nenhuma escola particular de pensamento, convencional ou emergente» (pág. 78).

A) Teorias cognitivas e «ontologia construtivista»

Já em 1980 Mahoney constatava que as terapias cognitivo-comportamentais se encontravam pouco integradas com as teorias actuais da cognição. A maioria das vezes que tal articulação era tentada, ficava-se por formulações limitativas dos desenvolvimentos da psicologia cognitiva. Nomeadamente, nos modelos neo-comportamentalistas e cibernéticos que advogam perspectivas «sensórias do processamento da informação». Nestas perspectivas a mente é vista como um continente passivo de sensações e associações.

Em contraste, Mahoney (1980, 1982, 1985) explicitamente advoga a adopção do ponto de vista «motórico» que acentua o papel dos indivíduos como criadores activos da sua realidade. Esta adopção

comporta no mínimo quatro vantagens, quando contrastada com os modelos «sensórios» tradicionais. Assim: a) encontra-se mais próxima dos conhecimentos actuais da fisiologia e da neuroanatomia, b) está apta a lidar com os conceitos de consciência e escolha, c) é compatível com o conceito de sistemas cibernéticos abertos (em contraste com os fechados) e, d) contempla o conceito de «proalimentação» (*feedforward*) bem como o de «retroalimentação» (*feedback*) (1980).

Este conceito de «proalimentação» parece ser particularmente importante no sentido em que se refere ao papel activo dos organismos na construção das informações sensoriais a que respondem, encontrando-se directamente relacionado com o conceito de esquemas cognitivos que impõem limites no tipo de informações experienciais susceptíveis de ser assimiladas pelos indivíduos. É esta construção activa que Mahoney designa por ««ontologia construtivista», considerando que o papel essencial do terapeuta é o de «penetrar» na ontologia própria de cada cliente (no seu espaço fenomenológico) afim de identificar as estruturas e processos em função dos quais este constrói a sua existência.

B) Sobre a «primazia do significado»

A identificação das estruturas e processos que levam à compreensão da forma como os indivíduos constroem a sua realidade articula-se directamente com outro elemento essencial no pensamento de Mahoney (1982, 1985), o problema do *significado*.

A experiência e desenvolvimento humanos reificam-se/materializam-se na busca, construção e modificação de significados. Apesar de cada indivíduo habitar o seu «universo próprio de significados», a existência social torna-se possível em função de uma partilha comum desses mesmos significados. A generalidade das trocas sociais consiste na identificação de consonâncias e discrepâncias, bem como na tentativa de as integrar, ultrapassando-as. A relação entre as estruturas de significado pessoal e a realidade é tão forte que ameaças às primeiras são frequentemente sentidas como ameaças directas à segunda. Este papel essencial do significado é um reflexo não só do contexto social em que se desenvolveu, mas também das características do sistema nervoso que parece facilitar processos de adaptação e crescimento via mecanismos de ordenação, contraste e classificação (tanto ao nível filogenético como

ontogenético). As relações entre ordem e contraste são muito estreitas dado que a ordem se estrutura em função de contrastes. Tendemos para a consistência mas aprendemos essencialmente a partir dos limites e contrastes das nossas categorias e experiências (inclusivamente a nível perceptivo). As trocas com o mundo efectuam-se, assim, através de quadros de consistência e contraste (Mahoney, 1982, 1985).

Qualquer processo de atribuição de significado só pode ser devidamente entendido caso identifiquemos o quadro de referência a partir do qual essa atribuição se verifica. Aqui, Mahoney (1982, 1985) pretende sublinhar a necessidade de ultrapassar o conceito de estímulo absoluto, substituindo-o pelo de «estímulo tal como é percebido». A interpretação de qualquer acontecimento como potencialmente ameaçador depende do seu significado para um indivíduo concreto. Possivelmente, a eficácia de estratégias de intervenção comportamentais e cognitivas advém-lhes, em grande parte, do facto de provocarem modificações na forma como os clientes interpretam as situações, com as concomitantes modificações emocionais e comportamentais. Como Mahoney (1982) afirma: «A questão é a de que a maior parte dos problemas de mal-estar bem como do seu tratamento se baseiam na primazia do significado e na posição central que a mudança de significado ocupa na mudança pessoal» (págs. 84/85).

C) «Estruturalismo hierárquico» e processos inconscientes

Os processos de ordenação que o sistema nervoso central «impõe» sobre a informação circundante são semelhantes ao próprio funcionamento interno do sistema nervoso. Ou seja, os processos ordenadores do S.N.C. são também ordenados. «Não só se encontram organizados e holisticamente integrados, mas parecem igualmente estar funcionalmente estratificados» (Mahoney, 1982, pág. 93). É exactamente esta estratificação funcional dos processos cognitivos que Mahoney designa por *estruturalismo hierárquico* (1). A estratificação dos processos de ordenação leva à hipótese de que alguns destes

processos são mais fundamentais do que outros. Desta forma, Mahoney (1982, 1985) pensa *não ser suficiente*, ainda que necessária, a avaliação e substituição de autoverbalizações e outros conteúdos da consciência, tanto no que se refere à compreensão do funcionamento humano em geral, como à prática da psicoterapia em particular. Neste ponto ele é fortemente apoiado por recentes desenvolvimentos da terapia cognitiva, nomeadamente: Goldfried e Robins (1983) e Turk e Speers (1983).

Esta linha de ideias leva Mahoney (1980, 1982, 1985) a questionar a adequabilidade de se tomarem as palavras como sinónimos das «crenças», bem como de se reduzir o todo do espaço fenomenológico dos indivíduos àquilo que eles são capazes de comunicar verbal e não verbalmente. Para além deste aspecto, um outro, possivelmente de maior alcance, é o facto da excessiva preocupação com os conteúdos da cognição (estruturas de superfície) poder afastar a atenção de estruturas mais fundamentais (estruturas de profundidade). A tomada em consideração de estruturas de profundidade leva-nos à importância crescente que Mahoney (1980, 1982, 1985) atribui aos *processos inconscientes*, ainda que entendidos de forma diversa das conceptualizações psicanalíticas. Para este autor, o erro primordial de Freud é o de ter construído uma «teoria universal do significado» ilustrada por excelência na «ficção edípica» (1983).

Duas considerações básicas parecem estar na origem da importância atribuída aos processos inconscientes: 1) a ideia de que muitas das «regras» que dirigem o comportamento humano serem habitualmente inacessíveis à consciência e, 2) a ideia de que muita da informação contida no sistema nervoso ser demasiadamente primitiva para a ela se ter acesso por via verbal (1980).

Estas considerações parecem ser defensáveis com base em diversos tipos de evidência. O facto de que os seres humanos, tanto filogenética como ontogeneticamente, pensarem muito antes de verbalizarem, torna pouco provável que o aparecimento da linguagem irradie por completo formas de pensamento mais primitivas (e.g., imagens mentais). Outro tipo de evidência diz respeito à questão da especialização hemisférica. A aceitação de que o hemisfério esquerdo contém informação verbal e o direito informação não-verbal e de carácter «mais afectivo», torna provável que este último funcione a um nível mais inconsciente. Um terceiro tipo de argumento relaciona-se com o facto de grande parte da aprendi-

(1) Em 1985, Mahoney substitui o conceito de «estruturalismo hierárquico» pelo de «estruturalismo heterárquico» para dar conta da distribuição descentralizada e das contínuas competições e alianças entre os sistemas de conhecimento do SNC.

zagem humana se efectuar por via não-verbal (e.g., experiência directa e experiência vicariante). Particularmente as experiências afectivas, dado o seu cariz idiossincrático, são retidas de forma dificilmente verbalizável. Um quarto e último argumento advém do conhecido facto de que a prática prolongada de determinadas aptidões (comportamentais ou cognitivas) as torna automáticas, logo inconscientes (1980).

De uma forma genérica, Mahoney (1982) parece entender os processos inconscientes como sinónimos de «processos de ordenação tácitos no S.N.C.», fazendo frequente apelo às formulações de Hayek (1978) relativamente à «primazia do abstracto»:

«... toda a experiência consciente que entendemos como relativamente concreta e primária, em particular todas as sensações, percepções e imagens, são o produto de uma “super-imposição” de classificações múltiplas sobre os acontecimentos percebidos» (págs. 36-37), bem como:

«... Se as minhas concepções estão correctas (não estamos conscientes de muito do que se passa na nossa mente) não porque se processe a um nível excessivamente baixo mas porque se processa a um nível excessivamente elevado. Seria mais apropriado designar tais processos não por “subconscientes” mas por “superconscientes”, porque eles governam os processos conscientes sem neles aparecerem» (pág. 45).

Outra hipótese emergente relacionada com o estruturalismo hierárquico é a de poder existir uma relação entre níveis de estratificação e facilidade de mudança (Mahoney, 1980, 1982, 1983, 1985). A ideia base é a de que estruturas tais como as relativas à identidade e às relações entre o self e o mundo e ao sentido de realidade («o que é a realidade»-ordem, «quem sou eu»-identidade, «o que sou capaz de fazer»-poder, «o que é bom/mau»-valor), devido à sua prioridade cronológica bem como à intensidade e padrões de repetição a eles associados, se tornam mais difíceis de modificar do que estruturas relativas a conteúdos menos significativos (1982, 1983, 1985).

À dificuldade em modificar as estruturas mais significativas Mahoney (1980, 1982, 1983, 1985), acrescenta a ideia de que padrões anteriores de pensamentos, sentimentos e acções nunca são completamente irradiados. O que de facto se modifica é a sua «força ou frequência», essencialmente através da aquisição de novos padrões incompatíveis com os anteriores, ou do acentuar de padrões já existentes,

mais adaptativos e igualmente incompatíveis com os não adaptativos anteriores.

D) «Oscilações» e emoções nos processos de mudança

Mahoney (1982, 1985) pensa que os «contrastes» inerentes à aprendizagem e funcionamento da mente se encontram fortemente relacionados com desequilíbrios e com a activação dos processos humanos de mudança. No entanto, as nossas capacidades de «classificação» limitam a consciência que podemos ter das regras tácitas que o sistema nervoso utiliza ao estabelecer/activar tais contrastes e ao ordenar realidades. A ideia base é a de que qualquer tipo de mudança psicológica implica uma mudança de significado, e sendo a atribuição de significado uma consequência das regras tácitas que promovem contrastes e classificações, uma mudança pessoal significativa há-de implicar a reestruturação de tais regras. Este tipo de reestruturação articula-se directamente com o papel que as emoções desempenham nos processos de mudança.

Já em 1980, Mahoney se manifestava incomodado com o facto das terapias comportamentais-cognitivas tenderem, de uma forma geral, a não dar suficiente importância aos sentimentos, limitando-se a considerá-los como produtos das cognições, mais a ser controlados do que a experienciar. Algumas linhas de pensamento eram apresentadas em defesa de uma posição alternativa. Em primeiro lugar, e referindo-se a situações em que se verifica alívio subjectivo após o expressar de sentimentos negativos (e.g., raiva e ansiedade), este autor defendia que tal expressão poderia contribuir não só para o estabelecimento de uma relação mais construtiva entre terapeuta e cliente, mas também para dessensibilizá-lo ao medo de experimentar tais sentimentos. Outro aspecto importante parece ser o da possibilidade de existência de um contraponto emocional ao «efeito de Zsigarnik», nomeadamente a necessidade de completar sequências emocionais anteriores que tenham sido interrompidas, com possíveis benefícios terapêuticos. Um último argumento a favor da importância dos sentimentos em terapia diz respeito não só ao papel primordial e dominante que estes desempenham na experiência humana, mas também à possibilidade de existência da aprendizagem «dependente-de-estado». Aqui a ideia é a de que os clientes podem estar mais receptivos à mudança

quando um nível relativo de «disforia» está presente, facilitando assim a aquisição de novas crenças e «aptidões de confronto».

Em 1982 Mahoney reitera a importância que atribui à necessidade de tomar em consideração os contrastes e os fenómenos afectivos entendidos simultaneamente como antecedentes impulsionadores e como expressões de mudanças psicológicas.

A isto acrescenta a necessidade de estudar os «processos oscilatórios que “sobreordenariam” os emocionais» (pág. 101). Baseando-se essencialmente em Thomas Kuhn (1977) e em Ilya Prigogine (1980), Mahoney entende por «oscilatória» «a tensão dinâmica entre contrastes inerente aos nossos processos de ordenamento» (pág. 101).

Este autor considera particularmente importante os paralelos que é possível traçar entre o trabalho do Nobel da química Ilya Prigogine (1980) sobre «estruturas dissipativas» e os processos de mudança psicológica. As formulações de Prigogine incidem essencialmente sobre o papel dos «contrastos oscilatórios» na mudança dos sistemas abertos: determinado nível de desequilíbrio reorienta um sistema aberto na direcção da reestruturação dos seus processos de ordenamento. Isto significa que, em função do princípio da «ordem através de flutuações», as estruturas de assimilação de contrastes têm de modificar-se no sentido de um nível superior de ordenação, a fim de acomodarem os desequilíbrios (interessantes os paralelos com Piaget).

O paralelo base que Mahoney (1982) tira deste tipo de formulação é o de que «episódios de desequilíbrio psicológico podem reflectir e/ou estimular processos fundamentais de reestruturação no sistema nervoso central» (pág. 102), e que consequentemente as tentativas clínicas para restaurar rapidamente o equilíbrio emocional devem ser repensadas, respeitando o ritmo próprio de cada cliente (actualmente, Mahoney segue os seus clientes por um prazo médio de dois anos). Em termos da tomada em consideração das energias emocionais dos clientes, estas devem ser utilizadas/dirigidas no sentido da reestruturação das regras tácitas do sistema nervoso que são responsáveis pela construção de significados pessoais.

Outro aspecto que a tomada em consideração dos processos oscilatórios implica é a questão do papel desempenhado pelo «esforço» e pelo «render-se» em psicoterapia e no bem-estar em geral (Mahoney, 1982). Ainda que a maioria das perspectivas terapêu-

ticas cognitivas ponham a ênfase no lado do «esforço», Mahoney pensa que muitas vezes é mais adequado induzir no cliente uma atitude de maior passividade, paciência e autoconfiança. Esta posição tenta lidar com o fenómeno da resistência em psicoterapia: «sistemas abertos de ordenação espontânea podem fechar-se em ciclos não progressivos de instabilidade ou estagnação quando os seus processos de auto-organização são contrariados» (pág. 104). Torna-se portanto essencial apreciar e respeitar os mecanismos de auto-protecção dos sistemas abertos complexos. Tanto mais que, na tentativa de ultrapassar esquemas prévios não adaptativos e «quando este ultrapassar é experimentado como um falhanço, o organismo avisadamente retrai-se em esquemas antigos e familiares que orientam o seu funcionamento» (pág. 99).

E) *Procedimentos terapêuticos*

Em termos genéricos, Mahoney (1980, 1982, 1983, 1985) põe em causa que o objectivo último de qualquer empreendimento psicoterapêutico deve ser o do controlo dos sentimentos. Considerar os sentimentos como processos de «pleno direito» implica também tomar o espaço terapêutico mais como um espaço de *escolha* do que de *controlo*. Escolha essa para a qual contribui a aprendizagem por parte do cliente, de aptidões que possam influenciar o experimentar e saber expressar diversos sentimentos.

Relativamente ao problema da avaliação em terapias comportamentais-cognitivas, Mahoney (1980) considera que as metodologias empregues têm sido excessivamente limitadas. A utilização exclusiva de auto-avaliações e registos estruturados de acordo com os pressupostos teóricos dos terapeutas e destinados à identificação e modificação de pensamentos não adaptativos, parece-lhe francamente inadequada. Esta inadequação advém do facto da «corrente de consciência» ser excessivamente rica, não podendo assim ser abarcada na sua plenitude por auto-avaliações esporádicas. Como alternativa Mahoney (1980) propõe uma metodologia de avaliação «multimodal» com especial relevo para técnicas não verbais. Esta metodologia multimodal incluiria, para além das auto-avaliações e registos: «a) um diário experiencial contínuo; b) relato de sonhos; c) fantasias projectivas; e d) recordações de experiências pessoais significativas» (pág. 173).

Elaborando estas propostas iniciais em 1982/83

surge a ideia da utilização da «corrente de consciência» (*streaming*) tanto como forma de avaliação como de procedimento terapêutico. Com a utilização da «corrente de consciência» pretende-se essencialmente identificar «padrões recorrentes de pensamento», através do fluir espontâneo de sentimentos, palavras, memórias, etc..

Em termos práticos, a utilização da técnica é dividida em 5 fases distintas. 1) Apresentação do «racional»; 2) *indução* do relaxamento, de forma sistematizada ou através de respiração profunda; 3) *facilitação* da «corrente de consciência» através de incitamentos e do repetir de palavras (tanto por parte do terapeuta como por parte do cliente) que pareçam ser elementos-chave; 4) *focagem* nos conteúdos mais significativos, e 5) *assimilação*, atribuir palavras ao experienciado emotivo e imagético (Mahoney, 1983).

Reconhecendo que a maioria dos terapeutas comportamentais-cognitivos utiliza um conjunto comum de técnicas e que possíveis diferenças terão mais que ver com o «racional» utilizado e com o esquema geral de tratamento no qual as técnicas se inserem; Mahoney propõe um esquema de compreensão e implementação terapêuticas baseado na análise que Thomas Kuhn (1962) faz da evolução da ciência e revoluções científicas.

Kuhn tenta descrever a forma como as crenças dos cientistas são postas em causa e eventualmente modificadas durante períodos de revolução científica. Nos períodos entre revoluções científicas os cientistas dedicam-se à prática de «ciência normal». Nestes períodos, as asserções essenciais dos paradigmas científicos não são postas em causa, sendo os problemas que sobrevêm sentidos como perturbações periféricas. Mahoney (1980) pensa que este estado de coisas é extremamente semelhante àquele que pode ser observado em clientes que estando satisfeitos com as suas «crenças essenciais» («relativas ao self, à vida, ao trabalho, etc.») pedem, no entanto, auxílio relativamente a problemas menores (e.g., uma fobia específica ou um deficit de aptidões).

Para Kuhn é a acumulação de dados que contrariam as previsões e asserções essenciais dos paradigmas que vai levar a revoluções científicas. Às revoluções científicas são inerentes períodos de crise «marcados por acentuada emocionalidade, tentativas desesperadas de salvar o sistema, e por vezes retraimentos de “fé cega” nas asserções prévias»

(Mahoney, 1980, pág. 175). Nos períodos de «ciência normal» estas asserções essenciais nunca são avaliadas, operando a um nível tácito. O facto de em períodos de crise estas asserções serem avaliadas, tem três consequências possíveis: «1) crise contínua, 2) retraimento, ou 3) resolução por mudanças significativas nas asserções essenciais (revolução)» (*ibid.*). Para as revoluções acontecerem é essencial que se encontre disponível um paradigma alternativo.

Segundo Mahoney (1980), em termos terapêuticos, o que se passa é que quando as «crenças essenciais» (predominantemente tácitas) de um paradigma pessoal são desafiadas pode advir uma crise. As crenças essenciais, dado encontrarem-se relacionadas com os esquemas (paradigmas) mais significativos (relativos ao sentido de ordem, realidade, poder e valor) são extremamente difíceis de verbalizar e de modificar. A sua identificação e modificação requer, normalmente, um empenho terapêutico prolongado bem como a utilização de técnicas não verbais.

Considerando que quando se verificam revoluções pessoais é provável que surjam resistências a abdicar de certas crenças, Mahoney (1980) pensa que «duas das tarefas primordiais do terapeuta devem ser: 1) auxiliar o cliente a perceber ou desenvolver um paradigma alternativo; e 2) guiar o cliente através de experiências que desafiem o paradigma anterior» (pág. 176).

Mahoney resume da seguinte forma os contributos que pode trazer à prática terapêutica a comparação com o modelo proposto por Kuhn:

«Ainda que mais difíceis de alcançar, mudanças profundas são possivelmente facilitadas por:

- a) Intervenções precoces...
- b) Uso de técnicas não verbais...
- c) Percepção da disponibilidade de um sistema de crenças alternativo.
- d) Consciência ... relativamente às crenças essenciais a serem modificadas.
- e) A execução de qualquer comportamento que seja:
 - I. Proibido por asserções anteriores sobre o self ou o mundo.
 - II. Consistente com asserções emergentes sobre o self ou o mundo.
 - III. Manifesto na sua contradição a (I) e corroboração de (II).
 - IV. Atribuído a causas internas...» (pág. 177).

Convirá ainda referir que Mahoney (1982, 1983, 1985) manifesta uma desconfiança crescente relativamente ao «poder» das técnicas terapêuticas. Não sendo mais do que «formas de comunicação ritualizadas» sobre o modo como o terapeuta constrói a sua «realidade» clínica e sobre as suas intenções relativamente ao cliente, qualquer tipo de técnica terapêutica só ganha «poder» dentro do espaço relacional terapêutico e no contexto da compreensão que o terapeuta constrói do espaço fenomenológico de cada cliente.

REFERÊNCIAS

- BARTLEY, W. W. (1962) — *The retreat to commitment*. N.Y.: Alfred A. Knopf.
- CAPRA, F. (1975) — *The Tao of physics*. N. Y.: Bantam.
- CAPRA, F. (1982) — *The turning point: Personal and social transformation in the 1980s*. L. A.: J. P. Tarcher.
- FEYERABEND, P. K. (1970) — Consolations for the specialist. Em I. Lakatos & A. Musgrave (Eds.), *Criticism and the growth of knowledge*. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press.
- GOLDFRIED, M. R., & ROBINS, C. (1983) — Self-schema, cognitive bias and the processing of therapeutic experience. Em P. C. Kendall (Ed.), *Advances in cognitive-behavioral research and therapy* (vol. 2). N. Y.: Academic.
- GREENBERG, M. J. (1980) — *Euclidean and non-euclidean geometries*. San Francisco: Freeman.
- GUIDANO, V. F., & LIOTTI, G. (1983) — *Cognitive processes and emotional disorders*. N. Y.: Guilford.
- GUIDANO, V. F., & LIOTTI, G. (1985) — A constructivist foundation for cognitive therapy. Em M. J. Mahoney & A. Freeman (Eds.), *Cognition and psychotherapy*. N. Y.: Plenum.
- HAYEK, F. A. (1952) — *The sensory order*. London: Routledge & Kegan.
- HAYEK, F. A. (1969). — The primacy of the abstract. Em A. Koestler & J. R. Smythies (Eds.), *Beyond reductionism*. London: Macmillan.
- HAYEK, F. A. (1978) — *New studies in philosophy, politics, economics, and the history of ideas*. Chicago, III: University of Chicago Press.
- HOFSTÄDTER, D. R. (1979) — *Gödel, Escher, Bach: An eternal golden braid*. London: Penguin Books.
- JOYCE-MONIZ, L. (1981, Set.) — *From decentration to compensation: Toward a cognitive constructivist therapy*. Comunicação apresentada no First European Meeting on Cognitive-Behavioural Therapies, Lisboa.
- JOYCE-MONIZ, L. (1985) — Epistemological therapy and constructivism. Em M. J. Mahoney & A. Freeman (Eds.), *Cognition and psychotherapy*. N. Y.: Plenum.
- KUHN, T. S. (1962). *The structure of scientific revolutions*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- KUHN, T. S. (1970) — *The structure of scientific revolutions* (2.ª edição). Chicago, IL: University of Chicago Press.
- KUHN, T. S. (1977) — *The essential tension: Selected studies in scientific tradition and change*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- LAKATOS, I. (1970) — Falsification and the methodology of scientific research programs. Em I. Lakatos & A. Musgrave (Eds.), *Criticism and the growth of knowledge*. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press.
- LESSWING, N. S. (1976) — *Implications of selected issues in epistemology and philosophy of science for psychotherapy theory, research, and practice*. Tese de doutoramento não publicada. The Pennsylvania State University.
- MAHONEY, M. J. (1974) — *Cognition and behavior modification*. Cambridge, Mass.: Ballinger.
- MAHONEY, M. J. (1976) — *Scientist as subject: The psychological imperative*. Cambridge, Mass.: Ballinger.
- MAHONEY, M. J. (1977) - Personal science: A cognitive learning therapy. Em A. Ellis & R. Grieger (Eds.), *Handbook of rational-emotive therapy*. N.Y.: Springer.
- MAHONEY, M. J. (1980) — Psychotherapy and the structure of personal revolutions. Em M. J. Mahoney (Ed.), *Psychotherapy process: Current issues and future directions*. N.Y.: Plenum.
- MAHONEY, M. J. (1981) — Clinical psychology and scientific inquiry. *International Journal of Psychology*, 16, 257-274.
- MAHONEY, M. J. (1982) — Psychotherapy and human change processes. Em J. H. Harvey & M. M. Parks (Eds.), *Psychotherapy research and behavior change*. The Master Lecture Series (vol. 1). Washington, D. C.: APA.
- MAHONEY, M. J. (1983) — *Therapeutic change processes: A developmental approach*. Seminário conduzido no âmbito do World Congress on Behavior Therapy/AABT 17th Annual Convention, Washington, D.C.
- MAHONEY, M. J. (1985) — Psychotherapy and human change processes. Em M. J. Mahoney & A. Freeman (Eds.), *Cognition and psychotherapy*. N.Y.: Plenum.
- MAHONEY, M. J. (1986) — *Participatory epistemology and psychology of science*. Comunicação apresentada

- na First American Conference on Psychology of Science, Memphis State University.
- MAHONEY, M. J., & ARNKOFF, D. B. (1978) — Cognitive and self-control therapies. Em S.L. & A.E. Bergin (Eds.), *Handbook of psychotherapy and behavior change* (2.^a edição). N.Y.: J. Wiley & Sons.
- POPPER, K. R. (1972) — *Objective knowledge: An evolutionary approach*. London: Oxford University Press.
- POPPER, K. R. (1974) — Autobiography of Karl Popper. Em P. A. Schilp (Ed.), *The philosophy of Karl Popper*. La Salle, Ill.: The Library of Living Philosophers.
- PRIGOGINE, I. (1980) — *From being to becoming: Time and complexity in the physical sciences*. San Francisco: Freeman.
- PRIGOGINE, I., & STENGERS, I. (1979) — *La nouvelle alliance: Métamorphose de la science*. Paris: Gallimard.
- TURK, D. C., & SPEERS, M. A. (1983) — Cognitive schemata and cognitive processes in cognitive-behavioral interventions: Going beyond the information given. Em P. Kendall (Ed.), *Advances in cognitive-behavioral research and therapy* (vol. 2). N. Y.: Academic.
- WEIMER, W. B. (1973) — Psycholinguistics and Plato's paradoxes of the Meno. *American Psychologist*, 28, 15-33.
- WEIMER, W. B. (1974) — Overview of a cognitive conspiracy: Reflections on the volume. Em W. B. Weimer & D. S. Palermo (Eds.), *Cognition and the symbolic processes I*. N.J.: Lawrence Erlbaum.
- WEIMER, W. B. (1975) — The psychology of inference and expectation. Em G. Maxwell & R. M. Anderson, Jr. (Eds.), *Induction, probability and confirmation*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- WEIMER, W. B. (1977) — A conceptual framework for cognitive psychology: Motor theories of the mind. Em R. Shaw & J. Bransford (Eds.), *Perceiving, acting and knowing*. N. J.: Lawrence Erlbaum.
- WEIMER, W. B. (1979) — *Notes on the methodology of scientific research*. N. J.: Lawrence Erlbaum.
- WEIMER, W. B. (1980) — Psychotherapy and philosophy of science: Examples of a two-way street in search of traffic. Em M. J. Mahoney (Ed.), *Psychotherapy process: Current issues and future directions*. N. Y.: Plenum.
- WEIMER, W. B. (1981) — Ambiguity and the future of psychology: Meditations Leibniziennes. Em W. B. Weimer & D. S. Palermo (Eds.), *Cognition and the symbolic processes II*. N. J.: Lawrence Erlbaum.
- ZUKAV, G. (1979) — *The dancing Wu Li masters: An overview of the new physics*. N. Y.: Bantam.

Nesta primeira parte do artigo, o autor refere-se às razões do afastamento que tem caracterizado as relações entre a filosofia da ciência/epistemologia e psicológica/psicoterapia, constatando que esta relação tem sido não-recíproca no sentido de só a filosofia da ciência ter influenciado a psicológica/psicoterapia através do «positivismo lógico». Defende-se que em função da falência do «positivismo lógico» e do surgimento recente da «psicologia da ciência» e das filosofias «não-justificacionistas» é possível estabelecer a reaproximação das duas disciplinas de uma forma recíproca, tanto a nível metodológico como conceptual. Referindo a existência de três modelos psicoterapêuticos recentes que podem ser entendidos no contexto das relações entre filosofia da ciência e psicoterapia, apontam-se quatro características unificadoras dos referidos modelos: 1) utilizam como suporte quadros teóricos oriundos da filosofia da ciência e da epistemologia; 2) tomam explicitamente em consideração a forma como os indivíduos adquirem, organizam, mantêm e modificam o seu conhecimento; 3) rejeitam a existência de «autoridades epistemológicas últimas»; 4) adoptam o ponto de vista das «teorias motoricas da mente» bem como uma visão construtivista do funcionamento humano. Finaliza-se com a descrição e análise do primeiro dos três modelos, o de M. J. Mahoney. Acentuam-se como fundamentos teóricos deste modelo: a) a «ontologia construtivista» — o papel activo dos indivíduos na construção da informação sensorial a que respondem; b) a «primazia do significado» — importância do significado pessoal dos acontecimentos, construído em função de relações entre ordem e contraste; c) o «estruturalismo heterárquico» — descentralização e alianças cambiantes entre os sistemas de conhecimento do SNC; d) as «oscilações e emoções» — processos oscilatórios de tensão dinâmica entre contrastes que sobreordenam os emocionais. Relativamente ao processo terapêutico, Mahoney propõe a utilização de metodologias de avaliação multimodais e um esquema de intervenção baseado na análise que T. Kuhn faz da evolução da ciência e mudanças científicas.

ABSTRACT

In this first half of the paper, the author reflects on the reasons behind the insulation that has been characterizing the relationships between philosophy of science/epistemology and psychology/psychotherapy. It is argued that this relationship has been non-reciprocal in the sense that only

philosophy of science has been influencing psychology/psychotherapy through the doctrine of «logical positivism». It is also argued that thanks to the fallacy of «logical positivism» as well as the appearance of «psychology of science» and «non-justificational philosophies» it is possible to inaugurate reciprocity between the two disciplines at both a methodological and conceptual level. Verifying the existence of three recent psychotherapeutic models that can be seen in the context of the relationships between philosophy of science and psychotherapy, the author puts forward four unifying characteristics: 1) they all use as background frameworks borrowed from philosophy of science and epistemology; 2) they take explicitly into consideration the way individuals acquire, organize, maintain and modify their knowledge; 3) they reject the existence of «ultimate epistemological authorities»; 4) they adopt the perspective of «motor theories of the mind» as well as a

constructivist view of human functioning. This part of the paper ends with the description and analysis of the first of the three mentioned models, M. J. Mahoney's. The author stresses as Mahoney's theoretical tenets: a) a «constructivist ontology» — the active role played by individuals when constructing the sensorial information to which they respond; b) the «primacy of meaning» — the importance of the personal meaning of events as related to the relationships between order and contrast; c) «heterarchical structuralism» — decentralization and changing coalitions among CNS Knowledge systems; d) «oscillations and emotions» — the importance of oscillatory processes understood as dynamic tensions between contrasts that superordinate the emotional ones. Regarding the therapeutic process, Mahoney argues for the use of multimodal assessment methodologies and an intervention based on T. Kuhn's analysis of scientific change and progress.